

CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL:

AVANÇOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO

SUBMISSÃO ATÉ:
15.09.2022

EDITORES CONVIDADOS:

Lindijane Almeida (UFRN, RN, Brasil), Fernando Abrucio (FGV EAESP, SP, Brasil), Magda Lima Lúcio (UnB, DF, Brasil), Edilson Tavares (UFBA, BA, Brasil); e Maria Isabel Rodrigues (FJP, MG, Brasil)

PROPÓSITO DO NÚMERO ESPECIAL:

A história do ensino de Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública e Gestão Social no Brasil sofreu uma grande transformação com os investimentos do governo federal, principalmente a partir do **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)** implementado no governo Lula. O movimento de redefinição da identidade da educação superior na área de Administração Pública, enquanto um novo campo do conhecimento, se consolida com a instituição das DCNs em 2014, movimento esse retratado por muitos livros e artigos. Como chama a atenção Farah (2013), a constituição do Campo de Públicas no Brasil reflete, a partir do final da década de 1980, a experiência internacional que separou a administração de negócios (business) e a administração pública entre os anos de 1960 e 1970.

A partir da instituição das DCNs, em janeiro de 2014, uma nova área do conhecimento, caracterizado pelo interesse público, passou a existir no Brasil. Segundo a Carta de Brasília (2013, p.2), a identidade coletiva desse novo lócus (com acepção de objeto de estudo, de formação acadêmica e de capacitação profissional) do conhecimento é "a formação acadêmica tecnopolítica".

Diante de sua abrangência e importância para a qualificação da administração pública no Brasil, bem como, a partir do reconhecimento do diferencial da prática do profissional do Campo de Públicas da gestão pública brasileira, torna-se necessário compreender o Campo a partir de suas singularidades, a fim possibilitar a criação de uma identidade capaz de ampliar o seu potencial de transformação. Dessa forma, a presente chamada tem como objetivo compreender como o Campo de Públicas tem se desenvolvido no Brasil a partir das múltiplas estratégias de ensino, da pesquisa e da extensão, considerando a multidisciplinaridade que tem como enfoque a formação de um administrador público que tenha condições de ter uma visão ampla dos vários aspectos complexos que envolvem a administração/gestão pública.

Portanto, diante da história recente do Campo de Públicas é preciso compreender de forma mais aprofundada esse campo de investigação/formação, dada a sua significativa importância para uma maior profissionalização dos quadros da gestão/administração pública brasileira, um problema notório nos três níveis de governo da federação (municipal, estadual e federal).

Dessa forma, temas importantes lançados pós reconhecimento de um novo campo de conhecimento demandam reflexões e análises empíricas que subsidiem a discussão sobre o ensino, a pesquisa e a extensão na área de administração pública. Nesta chamada especial, convidamos pesquisas e trabalhos que discutam o ensino, a pesquisa e a extensão no Campo de Públicas no Brasil. Nesse sentido, gostaríamos também de receber estudos de caso ou análises comparadas que relatem boas práticas e outras iniciativas inovadoras adotadas nas instituições de ensino, revelando evidências de experiências que vêm sendo implementadas à luz das DCNs de 2014. Por outro lado, incentivamos reflexões que abordem questões relacionadas as pesquisas que possam subsidiar análise dos temas aqui propostos ou sinalizar boas práticas para o caso brasileiro.

Entre os temas sugeridos, serão bem vindos artigos que discutam aspectos epistemológicos, metodológicos e ontológicos refletidos em resultados de pesquisas bibliográficas e/ou empíricas, experiências de ensino e extensão no Campo de Públicas focando em:

1. Ensino de graduação e pós-graduação: semelhanças e diferenças com as experiências internacionais;
2. Agendas de pesquisa;
3. Estado da arte das produções científicas;
4. Curricularização da extensão;
5. Implementação das DCNs de Administração Pública: currículos e experiências de formação;
6. Cursos de Graduação Tecnológicas e suas especificidades curriculares e de formação;
7. Análises de perfis de docentes, discentes e egressos;
8. Avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação no Campo de Públicas;
9. Interdisciplinaridade na produção científica e tecnológica no Campo de Públicas.
10. Inserção profissional e carreiras dos egressos
11. Impactos dos processos formativos na Gestão Pública, nas Políticas Públicas e na Gestão Social.

REFERÊNCIAS:

FARAH, M. A contribuição da Administração Pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas. In: Marques, M. e Faria, C. (Orgs.). A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

BRASIL. Resolução Mec nº 01 de 13/01/2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192.

Em caso de dúvidas sobre a chamada de trabalhos, envie e-mail para Lindijane Almeida: almeida.lindijane@gmail.com

SUBMISSÃO:

Os trabalhos submetidos não devem ter sido publicados, aceitos para publicação ou estar sob consideração para publicação em outra revista. Para ser elegível para revisão, os trabalhos devem ter entre 4000 e 8000 palavras, formatação de acordo com a American Psychological Association (APA) e elementos gráficos de acordo com as Diretrizes dos CGPC. Os trabalhos devem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

Informações completas em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/about/submissions#onlineSubmissions>

Artigos adequados serão submetidos ao processo de avaliação por pares. Em caso de dúvidas sobre formato entre em contato com: cadernosgpc-redacao@fgv.br

SOBRE OS CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA:

A revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC) é publicada exclusivamente on-line, em acesso aberto e usa o Open Journal Systems (OJS) no processo de submissão, avaliação duplo-cega e publicação do periódico. Os CGPC não praticam taxa de submissão e publicação de artigo (APC-Author Processing Charge).

INDEXADORES E DIRETÓRIOS:

